

GASPARI, VERÍSSIMO E UMA ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA DOS EFEITOS DE SENTIDO DO “E” EM SUAS CRÔNICAS JORNALÍSTICAS

Mateus Carvalho Brum de Oliveira

Rosane Santos Mauro Monnerat

Mestrando

RESUMO: Este trabalho apresenta uma análise dos efeitos de sentido dos usos da conjunção “e” em duas crônicas jornalísticas publicadas no jornal “O Globo”, uma vez que seus significados fogem às interpretações mais básicas, em função de seu caráter polissêmico. Tradicionalmente, o “e” é classificado como conjunção aditiva, que reúne termos ou orações independentes e de mesma função gramatical. Entretanto, estudos que enfocam seu caráter discursivo, como os de Azeredo (2014) e Mateus (2003), percebem o “e” como um elo que une partes de um texto e que é dotado de diferentes significados que podem ser incorporados à adição. Dos significados possíveis, percebeu-se que os três mais utilizados foram acréscimo ou reforço argumentativo, consequência, sucessividade ou simultaneidade, de forma a adicionar valor semântico de subordinação à coordenação. Seguindo pressupostos teóricos da Teoria Semiolingüística de Análise do Discurso cunhada por Patrick Charaudeau (2005), o comportamento dos autores das crônicas também foi analisado a partir dos usos da conjunção pesquisada para se perceber como eles representam suas subjetividades. Seja com caráter menos ou mais humorístico, os mesmos efeitos de sentido nos usos do “e” foram encontrados, o que é significativo, pois eles não ficam restritos a um registro específico. A partir dos resultados obtidos, podem-se perceber inúmeras possibilidades de construção de sentido e de representação da subjetividade(s) através do uso de uma conjunção tão comum e básica da nossa língua.

PALAVRAS-CHAVE: semiolingüística; efeitos de sentido; crônicas jornalísticas; conjunção

Considerações iniciais

O trabalho surge da emergência de novas análises e estudos a respeito do comportamento semântico da conjunção *e*, que ganha novos valores além da sua função tipicamente coordenativa aditiva. Sendo um conectivo tão recorrente na Língua Portuguesa, essa conjunção vem ganhando espaço nas pesquisas a respeito de seus diferentes efeitos de sentido já há algum tempo.

A partir de pressupostos teóricos tanto mais gramaticais como mais discursivos, apresentamos a análise de alguns usos dessa conjunção em duas crônicas jornalísticas. Sendo um gênero textual com características narrativas inserido no âmbito jornalístico, ele abarca textos que são lidos não somente por leitores de jornais, mas também são amplamente utilizados em aulas de Língua Portuguesa nas escolas brasileiras. A utilização de material desse gênero textual para a busca das funções semânticas dessa conjunção é terreno bastante fértil para pesquisa.

O e tradicional

No capítulo sobre as conjunções da gramática de Evanildo Bechara (2009), o autor as divide em aditivas, alternativas e adversativas, de acordo com o significado que levam à relação entre as unidades por elas conectadas (BECHARA, 2009). Ele as divide em alguns tipos, sendo o primeiro o indica que as unidades relacionadas estão ligadas pela relação de adição, tendo o *e* como conector de unidades positivas

Além dessa interpretação mais básica, o autor também insere um âmbito semântico ao afirmar que, dependendo dos significados dos termos envolvidos nessa adição, pode haver um conteúdo de “causa, consequência, oposição, etc.” (BECHARA, 2009). No exemplo “rico e desonesto”, temos uma relação gramatical de adição, embora exista certa oposição semântica, uma vez que se espera que uma pessoa rica seja também honesta – logo, a leitura poderia ser “rico, mas desonesto”.

Rocha Lima (2011), em concordância com o gramático anterior, apresenta a conjunção *e* como aquela que relaciona elementos similares, mais especificamente duas afirmações.

Por sua vez, Celso Cunha, em sua Gramática do Português Contemporâneo, indica que “os vocábulos gramaticais que servem para relacionar duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração chamam-se *conjunções*” (CUNHA, 2008, p. 334). Para ele, a diferenciação entre as *coordenativas* e as *subordinativas* é tal que as primeiras “relacionam termos ou orações de idêntica função gramatical”, enquanto as outras “ligam duas orações, uma das quais determina ou completa o sentido da outra” (CUNHA, 2008, p. 334).

O e discursivo

José Carlos de Azeredo apresenta que a conjunção “é um elo através do qual duas orações se articulam no texto” (AZEREDO, 2014, p. 293) com alguma intenção de sentido

nessa articulação, o que fará com que se escolha a mais adequada. “O *e* expressa adição ou união (...) de dois ou mais fatos, duas ou mais ideias” (AZEREDO, 2014, p. 300), sendo essa conjunção a típica desse grupo. Até então não há grande diferença em comparação ao apresentado por gramáticos mais normativos, porém Azeredo propõe descrições dos aspectos semânticos das orações aditivas, que são quatro e seguem abaixo com os exemplos retirados da própria gramática (AZEREDO, 2014, p. 303).

a) *E* pode ligar orações que representem fatos coexistentes ou simultâneos:

– Os cães ladram *e* a caravana passa.

b) *E* pode ligar orações que expressem fatos cronologicamente sequenciados, associados ou não numa relação de causa e efeito:

– O sinal ficou verde *e* os carros arrancaram em alta velocidade. (fatos em ordem cronológica)

– A fumaça invadiu o quarto *e* as crianças começaram a tossir. (fatos em sequência de causa e efeito)

c) *E* pode ligar orações entre as quais haja uma relação de contraste ou oposição, geralmente com a presença de um *não* na segunda:

– Minha mãe fez o bolo *e* eu não comi sequer uma fatia.

d) Quando a primeira oração é modalizada como ordem, advertência, desejo, a segunda oração, introduzida por *e*, exprime o efeito adicional que se quer produzir.

– Tome uma medida desse xarope de oito em oito horas, *e* essa tosse vai desaparecer em três dias.

Por sua vez, Mateus (2003) apresenta algumas importantes e relevantes percepções a respeito dos processos de *coordenação* realizados por *conjunções* (ou até mesmo pela ausência das mesmas). Concordantemente com os outros autores citados, ela define a coordenação como (MATEUS, 2003, p. 551):

um processo de formação de unidades complexas. Caracteriza-se por combinar constituintes do mesmo nível categorial – núcleos ou constituintes plenamente expandidos i.e., sintagmas ou frases – que desempenham as mesmas funções sintáticas e semânticas. A expressão linguística resultante é uma unidade complexa que exhibe as mesmas funções dos termos iniciais.”

O *e*, então, é apresentado como uma conjunção copulativa simples que pode se apresentar autonomamente, acompanhado de outro termo, ou mesmo iniciando uma frase em resposta a algo que foi dito anteriormente. Mateus (2003, p. 556) defende que “membros coordenados podem tipicamente ocorrer com autonomia em fragmentos discursivos distintos”, como em

A: *Não como a sopa!*

B: *E eu não te levo ao cinema!*

Pode-se também pensar na possibilidade de B responder a algo como “Não comes a sopa e não te levo ao cinema!” Nesse caso, a coordenação tem valor semântico de subordinação (“Se não comeres a sopa, não te levo ao cinema.”) e, assim, o *e* tem significação que vai além da simples adição, ela expressa uma consequência.

Nesse viés, a autora defende, a respeito do critério semântico, que conjunções simples podem assumir papéis semânticos diferentes dos seus valores prototípicos dependendo das relações de coordenação. Nesses casos, tal conjunção acrescenta novo valor ao que já possuía, uma vez que “o valor prototípico inicial nunca é erradicado” (MATEUS, 2003, p. 568). A seguir, seguem três exemplos de diferentes valores do *e*:

- a) Valor contrastivo – Ela é inteligente *e* não esperta.
- b) Valor condicional – Dás mais um passo *e* atiro.
- c) Valor temporal de simultaneidade – Às oito da noite, a Ana janta *e* vê o telejornal na televisão.

Monnerat (2003) também pesquisa os usos do *e* e defende a necessidade de se dar especial atenção a ele, “em virtude de sua ampla distribuição, não só como conjunção responsável pela ligação de termos dentro de uma oração, mas também pela ligação de orações no período” (MONNERAT, 2003, p. 185). Ela aponta alguns efeitos do uso dessa conjunção, a partir da gramática escrita por Patrick Charaudeau, criador da teoria semiolinguística de análise do discurso (CHARAUDEAU, 2014), que leva em consideração os diferentes efeitos de sentido que podem ser obtidos através dos diversos usos da língua (CHARAUDEAU, 1992 *apud* MONNERAT, 2003). Para Charaudeau, os efeitos de sentido do *e* são de:

- a) Sucessividade (depois, em seguida) – Ele fala *e* se cala.
- b) Simultaneidade (ao mesmo tempo) – Ele trabalha rápido *e* bem.
- c) Aproximação (quase) – Cem reais *e* uns quebradinhos.

-
- d) Equivalência (quer dizer) – Eu tenho dez centavos e justo o necessário para comprar um caramelo.
 - e) Acréscimo ou reforço argumentativo (não somente... mas ainda) – Ele fala inglês e fluentemente.
 - f) Oposição (de um lado... de outro lado) – Ele mentiu, mas há mentiras e mentiras.
 - g) Restrição (mas, no entanto) – Esforçou-se muito e não conseguiu a vaga.
 - h) Consequência (portanto, então) – Cumpra suas obrigações e será recompensado.

Retornando ao uso do *e* como sequenciador temporal ou lógico, Monnerat (2003) defende que, sendo o tempo da primeira anterior ao da segunda, “a sequência temporal e expressiva se converte em sequência lógica já que essa ordenação segue a ordenação normal dos próprios fatos do mundo bio-social” (MONNERAT, 2003, p. 189).

Nessa perspectiva, Neves (1985) apresenta uma definição semântica básica para o *e* como adição e alega que “A ocorrência do *e* entre dois segmentos indica que cada um deles é externo ao outro (co-ordenado) e que o segundo se soma ao primeiro no processo de enunciação.” (NEVES, 1985, p. 63). A autora também defende que gradualmente o *e* “passa de uma adição comumente chamada ‘pura e simples’ para a adição enfática, a adição com alternância, e a adição com contraste” (NEVES, 1985, p. 64).

Assim sendo, percebemos que tal conjunção é semanticamente mais rica do que se pensa, isto é, há diferentes possibilidades de análise dos seus sentidos que fogem ao simples valor aditivo ou adversativo, proposto pelas gramáticas tradicionais (e apresentado na seção anterior).

A seguir, são apresentadas as crônicas seguidas das análises realizadas.

Análise das crônicas

Ambas as crônicas foram publicadas no jornal “O Globo”, de circulação nacional, nos meses de fevereiro e maio de 2018, respectivamente. Elas apresentam as ocorrências da conjunção marcadas no corpo do texto e analisadas em seguida à luz das visões discursivas do *e*, mais especificamente os ditos por Charaudeau (1992, *apud* Monnerat, 2003).

Crônica 1

À beira

Sempre se pensou que a população de Pompeia tivesse sido surpreendida pela chuva de cinzas do Vesúvio, e¹ que a maioria morrera dormindo. Hoje se sabe que o Vesúvio entrou em erupção dias antes, tremores de terra e² explosões anunciaram a catástrofe que viria; e³ a população já abandonara a cidade condenada quando as cinzas a encobriram, para serem desencavadas anos depois. O que deixa sem explicação o mais impressionante em Pompeia, que são as estátuas dos mortos.

Encheram de gesso os buracos deixados na cinza solidificada pelos cadáveres decompostos, e⁴ cada espaço moldou um corpo branco, na posição em que estava na hora da sua morte. Mas se a maioria da população já tinha fugido das cinzas, isso significa que as téticas estátuas brancas são de mortos excepcionais. De céticos que duvidaram da catástrofe anunciada, curiosos que queriam ver como seria, aventureiros e⁵ megalomaníacos dispostos a desafiar a natureza, suicidas, bêbados ou simplesmente distraídos. Enfim, são estátuas dos que ficaram.

Durantes anos, todos os estudos e⁶ todas as teorias sobre Pompeia presumiram que os fantasmas conservados em gesso eram exemplos de habitantes comuns da cidade e⁷ do seu fim comum, quando eram dos seus excêntricos. A amostragem, que incluía dos habitantes mais cultos aos mais burros, não representava a imensa gama que existia entre os dois extremos.

As novas revelações sobre o que realmente aconteceu em Pompeia naquele ano de 79 d.C. acabaram com mitos românticos, como o da suposta descoberta, sob as cinzas, de um casal abraçado, surpreendido pelas emanções do Vesúvio no ato do amor. Especulou-se muito sobre o que o casal estaria fazendo no fim, mas de uma coisa se pode ter certeza: o orgasmo, sob as cinzas ainda mornas do vulcão, deve ter sido maravilhoso.

O que tudo isso tem a ver com o nosso aqui e⁸ agora? Deve haver uma metáfora aí, em algum lugar. Talvez a lição seja de que devemos todos nos comportar como se vivêssemos à beira de um vulcão em eterna combustão, obrigados a escolher entre fugir e⁹ ficar, para as cinzas esculpirem nosso último momento – e¹⁰ cuidar para que nossa estátua branca não seja a de alguém que simplesmente não entendeu a hora – ou um calhorda.

Nessa crônica, há 10 ocorrências da conjunção *e*, sendo a maioria delas dotada de significação que vai além da adição.

A ocorrência 1 carrega não somente a ideia de adição, mas também a de consequência (ou efeito de uma causa). O *e* introduz a informação de que a maioria da população de Pompeia morreu dormindo, o que se deu em razão de terem sido surpreendidos pela chuva de cinzas. No período “Sempre se pensou que a população de Pompeia tivesse sido surpreendida pela chuva de cinzas do Vesúvio, *e* que a maioria morreria dormindo”, a conjunção poderia ser seguida por “por conta disso”, o que foi suprimido, porém sem subtração de sentido.

A ocorrência 2, por sua vez, expressa adição e simultaneidade. São apresentados dois elementos (“tremores de terra *e* explosões”) que, simultaneamente, anunciavam a catástrofe que estava por vir. Não há necessariamente sucessividade ou consequência, ambos estão em mesmo nível de igualdade como indicadores da catástrofe.

O terceiro uso da conjunção transmite, assim como o primeiro, noção de consequência, sendo a informação antecedente causa da informação por ela introduzida, em “tremores de terra e explosões anunciaram a catástrofe que viria; *e* a população já abandonara a cidade condenada quando as cinzas a encobriram”. Além disso, há também a possibilidade de interpretação de ser apresentada uma sequência cronológica – que carregaria consigo a ideia de causa e efeito –: tendo havido os indicativos da erupção vulcânica, a população abandonou a cidade.

O uso 4 (“encheram de gesso os buracos deixados na cinza solidificada pelos cadáveres decompostos, *e* cada espaço moldou um corpo branco”) sugere a mesma interpretação que foi apresentada para o uso 3: sequência temporal com ideia de causa e efeito. A causa, ou primeiro acontecimento na linha temporal, foi o preenchimento dos buracos deixados na cinza solidificada com gesso; sua consequência (efeito), ou segundo acontecimento na linha de tempo, a moldagem de corpos brancos nesses espaços.

O quinto evento de uso do *e* é o que apresenta interpretação mais próxima da adição pura. No período em que ele é utilizado, são listados perfis psicológicos e características das pessoas que permaneceram em Pompeia após a erupção vulcânica: céticos, curiosos, aventureiros, megalomaníacos, suicidas, bêbados ou distraídos. Tendo o *e* ocorrido entre os

dois núcleos do sujeito da oração “aventureiros *e* megalomaníacos dispostos a desafiar a natureza”, pode ser percebida certa progressão de sentido. “Aventureiros” é um adjetivo neutro (por não ser positivo nem negativo), ao ser comparado com “megalomaníacos”, que possui certa carga negativa. Ao dizer “aventureiros e megalomaníacos” ao invés de “megalomaníacos e aventureiros”, o autor criou uma progressão lógica que não somente adiciona um novo perfil de pessoa, mas um tipo de pessoa que não está raciocinando perfeitamente e possui mania de grandeza. Assim, o *e* traz a ideia de adição carregada de certa força que posiciona o segundo termo em superioridade – em termos de força argumentativa – em relação ao primeiro.

O *e* de número 6 pode ser interpretado por muitos autores como somente aditivo, porém ao escrever “todos os estudos *e* todas as teorias”, Veríssimo apresenta o que Charaudeau (1992 *apud* MONNERAT, 2003) chama de acréscimo ou reforço argumentativo. Em outras palavras, Veríssimo diz que “não somente os estudos, mas também as teorias” apresentam determinado dado, o que poderia ser resumido somente por “estudos” ou “teorias”. Apresentando ambos os nomes ligados pela conjunção analisada, ele dá ênfase e confere maior valor de verdade ao que apresenta.

O sétimo *e* também pode ser entendido como puramente aditivo por alguns pesquisadores, por não apresentar – em uma leitura mais superficial – grande carga semântica que ultrapasse seu sentido básico. No entanto, ele é passível de dupla interpretação ao se observar a construção da informação por um âmbito mais semântico.

Por um lado, o *e* em “os fantasmas conservados em gesso eram exemplos de habitantes comuns da cidade *e* do seu fim comum” apresenta informações simultâneas, assim como de número 5. Por outro lado, embora já tenha sido apresentado o que ocorreu na cidade de Pompeia no início da crônica, Veríssimo acrescenta “*e* do seu fim comum” após o substantivo “cidade” para retomar o fato que culminou em seu trágico fim. O *e*, então, atua diretamente na função de acréscimo ou reforço argumentativo. Nesse momento do texto, ele fala sobre os “fantasmas conservados em gesso”, que eram não somente “exemplos de habitantes comuns da cidade”, mas também “do seu fim comum”.

Também com a função de acréscimo ou reforço argumentativo, o *e* de número 8, no questionamento “O que tudo isso tem a ver com o nosso aqui *e* agora?” liga tempo e espaço, aproximando a crônica ao tempo atual. Para o autor, fez-se necessário trazer seu leitor do tempo do desastre em Pompeia para o presente para que ele pudesse apresentar suas percepções finais interligando esses dois momentos. Dessa forma, o *e* conecta espaço e tempo acrescentando uma

noção à outra, dando, assim, maior projeção ao momento de leitura da crônica pelo leitor. Trata-se de dois advérbios pronominais dêiticos cujo emprego, em sequência, corrobora a ideia de reforço argumentativo.

O nono *e*, por sua vez, é o dotado de sentidos mais opostos de todos os outros dessa crônica. No trecho, “obrigados a escolher entre fugir *e* ficar”, Veríssimo joga com dois significados possíveis dessa conjunção, o de adição e o de oposição (ou contraste), marcado pelo emprego de verbos com sentido antitético. Uma vez que o final da crônica aborda as escolhas que as pessoas fazem em sua vida usando como base as mortes daqueles que decidiram ficar em Pompeia, o “fugir” e o “ficar” são antagônicos, mas, ao mesmo tempo, concordantes.

Ao analisar os significados desses dois verbos, têm-se ideias claramente contrárias. Ou a pessoa foge ou a pessoa fica. A conjunção *e*, então, apresenta esse significado, embora ele seja menos esperado. Entretanto, “fugir e ficar” podem exprimir certa ideia de concordância ao se pensar no conteúdo da crônica, uma vez que o ficar seria “para as cinzas esculpirem nosso último momento”.

O fugir das situações-problema vivenciadas ao longo da vida – relacionado à fuga de Pompeia – está diretamente ligado ao ficar, uma vez que a pessoa permanece viva. Fugir do vulcão para ficar vivo e seguir sua vida, um fugir para ficar. Ao mesmo tempo, o ficar em Pompeia representou àquelas pessoas uma fuga das inúmeras situações que teriam de ser vivenciadas na busca pela nova vida. O ficar, então, também é um fugir.

Dessa forma, o *e* em “fugir *e* ficar” é, simultaneamente, aditivo e opositivo. Os dois verbos relacionados por ele associam ideias que podem tanto ser acrescentadas uma à outra – adição – quanto ser apresentadas como duas opções díspares – oposição ou contraste.

O décimo e último *e* apresenta, por fim, interpretação mais ligada à adição não em sua forma pura, mas carregando consigo certa noção sequencial (temporal) e argumentativa. Após a reflexão sobre o fim de Pompeia trazido à realidade atual, Veríssimo devaneia sobre as marcas que as pessoas deixam no mundo metaforizadas pelas estátuas de gesso e acrescenta-lhes um pensamento pessoal ao escrever “*e* cuidar para que nossa estátua branca não seja a de alguém que simplesmente não entendeu a hora”.

Esse uso do *e* não pode ser entendido simplesmente como aditivo. Ao introduzir um pensamento de tão grande significado ao todo da crônica, acrescenta informações de atitudes baseadas em reflexões pessoais que viriam em sequência à decisão de ficar. Tal sequência temporal é carregada de significado e de grande importância, uma vez que não basta ficar e

deixar sua estátua, é necessário também – e principalmente – cuidar para que ela represente algo além de simplesmente indicar que ali havia uma pessoa – como algumas das estátuas de Pompeia.

Crônica 2

A CIA achou que Geisel dominaria a ‘tigrada’

A História do Brasil continua a ser escrita pelos americanos. O documento da CIA que revelou o encontro do presidente Ernesto Geisel com três generais para discutir critérios para os assassinatos de dissidentes políticos avacalha os 40 anos de política de silêncio que os comandantes militares cultivam em relação às práticas da “tigrada” dirigida pelo Centro de Informações do Exército, o CIE.

O documento, mandado pelo diretor da CIA ao secretário de Estado Henry Kissinger, revelou que, duas semanas depois de sua posse, Geisel fez uma reunião com o chefe da Serviço Nacional de Informações, João Batista Figueiredo, e¹ com os generais Milton Tavares de Souza, comandante do CIE e² seu sucessor, Confúcio Avelino. Tavares de Souza, o “Miltinho”, era um asceta, radical, porém disciplinado. Confúcio, um medíocre.

Na reunião, “Miltinho” revelou que já haviam sido executadas 104 pessoas. Segundo a narrativa da CIA, a matança ficaria restrita aos “subversivos perigosos”, e³ cada proposta de execução deveria ser levada ao general Figueiredo, para que ele a referendasse. Esse projeto de controle do Planalto sobre o CIE ficou na teoria, ou na imaginação da CIA.

No dia 11 de abril, quando o telegrama foi transmitido a Washington, circulava no Planalto um documento desconhecido, do qual sabe-se apenas a reação do general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil de Geisel: “Estamos sofrendo uma ditadura dos órgãos de segurança. (...) toda vez que a coisa começa a acalmar, o pessoal decide e⁴ cria troço, prende gente. Porque, você compreende, é para permanecer, para mostrar serviço. (...) A verdade é que eles fazem o que querem.”

Depois de abril, pelo menos 15 guerrilheiros do Araguaia foram mortos, e⁵ tanto Geisel como Figueiredo, “Miltinho”, Confúcio e⁶ Golbery sabiam que essa matança estava em curso desde outubro de 1973. (Executavam-se inclusive os jovens que atendiam ao convite de rendição e⁷ colaboravam com a tropa.) Em janeiro de 1974, Geisel ouviu de um oficial do CIE uma narrativa das operações do Araguaia, onde haviam sido capturados 30 guerrilheiros. Geisel perguntou: “E⁸ esses 30, o que eles fizeram, liquidaram?”. Resposta do tenente-coronel: “Alguns na própria ação. E⁹ outros presos depois. Não tem jeito não.”

Semanas depois, ao convidar o general Dale Coutinho para o Ministério do Exército, ouviu dele que “o negócio melhorou muito, agora, melhorou, aqui entre nós, foi quando nós começamos a matar. Começamos a matar.” Geisel respondeu: “Esse negócio de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que ser.”

A metodologia narrada pelo serviço americano foi seguida no extermínio da direção do Partido Comunista Brasileiro. Antes de 1974, os comunistas eram perseguidos ou presos, mas não eram assassinados. Em abril, três dirigentes comunistas haviam sido capturados e¹⁰ mortos pelo CIE. No ano seguinte, outros sete.

Com a destruição das siglas metidas em terrorismo, o CIE neutralizou a única organização esquerdista que agia na esfera política. Para isso, dispunha de pelo menos uma preciosa infiltração, e¹¹ conhecem-se casos de tentativas de recrutamento, pela CIA, de capas-pretas que viviam na clandestinidade. À falta de dirigentes, em 1975 a “tigrada” continuou matando militantes em sessões de tortura. A ideia de controlar o CIE colocando-o sob a supervisão do Planalto simplesmente não funcionou.

Em 1976, depois da morte do operário Manuel Fiel Filho no DOI de São Paulo, Geisel demitiu o comandante do II Exército, general Ednaldo D’Avila Mello, e¹² defenestrou Confúcio. Mesmo assim, só restabeleceu o primado da Presidência sobre as Forças Armadas em 1977, quando mandou embora o ministro do Exército, Sylvio Frota. (No dia da demissão de Frota, doidivas do CIE pensaram em atacar o Palácio do Planalto.)

Para as vivandeiras e¹³ napoleões de hospício de hoje, o documento da CIA ensina que na ditadura praticaram-se crimes e¹⁴ aquilo que pretendia ser uma ordem era uma enorme bagunça.

Elio Gaspari

Publicada em O Globo, em 13/05/2018.

Utilizando 14 vezes a conjunção *e*, Elio Gaspari constrói sua crônica sobre assunto bastante grave e usando tom mais sério do que o a crônica anterior.

As ocorrências 1 e 2 apresentam as mesmas características, por isso são explicadas conjuntamente. Ambas são utilizadas no simples ato de listar as pessoas envolvidas na reunião com Geisel, comentada no texto (“Geisel fez uma reunião com o chefe da Serviço Nacional de Informações, João Batista Figueiredo, e¹ com os generais Milton Tavares de Souza, comandante do CIE e² seu sucessor, Confúcio Avelino). Nesses casos, ocorre a adição pura, também podendo ser vista por alguns autores com efeito de uso de simultaneidade, uma vez que o chefe, generais e comandantes citados estão todos postos simultaneamente no texto que descreve os participantes da reunião, sem haver outra possibilidade interpretativa para a conjunção.

A ocorrência 3 possui semelhanças interpretativas às anteriores, porém há, também, algumas diferenças. Embora a ideia de simultaneidade esteja presente, as noções de interdependência e condicionalidade são mais fortes, já que no trecho “a matança ficaria restrita aos “subversivos perigosos”, e cada proposta de execução deveria ser levada ao general Figueiredo, para que ele a referendasse”, pode-se perceber que existe uma condição. Para que

ocorresse a morte de um dito subversivo perigoso, era necessário que o general Figueiredo autorizasse.

O *e* de número 4, em “o pessoal decide *e* cria troço, prende gente” possui o efeito de consequência – também ligada a uma sequência temporal. O ato de decidir é anterior e causador do ato de se criar algo (“troço”), como prender alguém. O *e*, então, não somente adiciona informação e sentido, mas os conecta como se houvesse subordinação internamente à coordenação trazida pela conjunção.

A quinta ocorrência do *e* introduz informação que é adicionada em tom de um segredo sendo levado a público (“Depois de abril, pelo menos 15 guerrilheiros do Araguaia foram mortos, *e* tanto Geisel como Figueiredo, “Miltinho”, Confúcio e Golbery sabiam que essa matança estava em curso desde outubro de 1973.”). Pessoas haviam sido mortas, porém isso não era algo sigiloso, pelo contrário. Era feito com a autorização e ciência de generais e do então presidente. A adição ocorre, nesse caso, com função de apresentar informação importante ao público leitor, que já sabia das mortes, porém talvez não soubesse que era um ato com consentimento governamental.

O *e* número 6 (“tanto Geisel como Figueiredo, “Miltinho”, Confúcio *e* Golbery sabiam que essa matança estava em curso desde outubro de 1973.”) possui o mesmo tipo de função de adição mais simples que 1 e 2, uma vez que ele é utilizado exatamente nos mesmos moldes que os outros.

O sétimo *e*, em “executavam-se inclusive os jovens que atendiam ao convite de rendição *e*⁷ colaboravam com a tropa” possui dupla interpretação. Pode-se entendê-lo como um *e* que possui efeito de simultaneidade, caso a leitura seja de que rendição e colaboração sejam apenas duas ações realizadas por esses jovens. Por outro lado, a conjunção pode também ser compreendida como introdutória de uma consequência, pois a colaboração com a tropa talvez ocorresse justamente por causa da rendição que havia-se dado anteriormente.

O *e* seguinte, de número 8, possui um interessante efeito de sentido não comentado por muitos gramáticos. Na crônica, Elio Gaspari cita uma fala de Geisel na qual ele questiona o que havia acontecido a 30 guerrilheiros (“*E* esses 30, o que eles fizeram, liquidaram?”). Esse uso do *e* está intimamente conectado à ideia de adição, porém uma adição de novo tópico, comentário ou questionamento sobre algo relacionado ao que estava sendo debatido anteriormente.

O autor da crônica não apresenta o diálogo completo para que se possa saber exatamente o que havia sido dito anteriormente, porém ele narra que Geisel recebeu a informação de que 30 guerrilheiros haviam sido capturados. Após a obtenção desse dado, deseja informar-se sobre o que havia acontecido com eles e faz tal questionamento introduzido pela conjunção *e* de forma a conectá-lo ao fato recém descoberto. O *e*, nesse caso, introduz uma pergunta que busca por uma informação completa do que foi dito ao então presidente. A conjunção não apresenta exatamente a adição, mas pede por ela, pelo acréscimo de informação para que ela se torne completa.

A resposta ao questionamento comentado nos parágrafos anteriores apresenta o nono uso do *e*, em “Alguns na própria ação. *E* outros presos depois.” Essa ocorrência apresenta uma sequência cronológica de sucessividade. O questionamento de Geisel foi se os guerrilheiros haviam sido executados e a resposta apresenta que alguns morreram na ação e outros depois, ou seja, o segundo ato ocorreu consecutivamente ao primeiro.

O décimo uso do *e* na crônica de Elio Gaspari introduz consequência da ação anterior, como pode ser percebido no trecho em que é utilizado: “três dirigentes comunistas haviam sido capturados *e* mortos pelo CIE.” As mortes dos dirigentes comunistas ocorreram por consequência das suas capturas, não simultaneamente nem sucessivamente. Existe uma sequência temporal, porém a noção de causa e efeito é mais forte do que antes e depois.

As duas ocorrências seguintes são bem semelhantes, havendo somente pequena diferença entre elas. O *e*¹¹, em “dispunha de pelo menos uma preciosa infiltração, *e* conhecem-se casos de tentativas de recrutamento” acrescenta informação que pode ser vista como coexistente ou simultânea – ao mesmo tempo em que havia infiltração, havia também casos de tentativas de recrutamento.

O *e*¹², por sua vez, apresenta tanto a noção de simultaneidade quanto de certa carga de sucessividade, uma vez que antecede uma ação que pode ter ocorrido após a anterior. No exemplo do texto, em “Geisel demitiu o comandante do II Exército, general Ednaldo D’Avila Mello, *e* defenestrou Confúcio”, a ação de defenestrar é colocada após a de demitir. Se forem observados os significados dessas ações, “defenestrar” pode ser interpretado como algo mais “forte” e até mesmo violento do que “demitir”. Embora não saibamos se tal ação ocorreu de fato ou se o uso desse verbo se deu somente por ter sido uma demissão mais agressiva do que a anterior, ela ter sido colocada no texto nessa posição é algo significativo.

O décimo terceiro *e* é carregado de pouco significado além da adição, a simultaneidade.

Ao escrever “para as vivandeiras *e* napoleões de hospício de hoje”, o cronista refere-se, respectivamente, a uma profissão e a uma personagem importante, ambas no contexto de guerra. Ele lista esses dois nomes e coloca-os simultaneamente como representantes daqueles a quem a mensagem situada no final de sua crônica se destina.

Finalmente, o *e* de número 14 finaliza essa parte da análise – e a crônica – com o acréscimo de uma apreciação do autor do momento político e social comentado ao longo do texto: o governo militar. A última ocorrência do *e* no texto (“o documento da CIA ensina que na ditadura praticaram-se crimes *e* aquilo que pretendia ser uma ordem era uma enorme bagunça”) ao mesmo tempo em que acrescenta informação, introduz um argumento de suma importância para o todo argumentativo, que é o fato de que o que poderia ser visto como ordem, não o era, em realidade. A conjunção, então, atua nessa função de acréscimo ou reforço argumentativo, uma vez que uma possível leitura desse último trecho é “o documento da CIA ensina que na ditadura *não somente* praticaram-se crimes, *mas ainda* aquilo que pretendia ser uma ordem era uma enorme bagunça.

Considerações finais

Após as análises realizadas, pode-se concluir que a conjunção pesquisada, de fato, possui diversos efeitos de sentido que se somam à adição, como sucessividade, consequência e simultaneidade. Cada situação de uso do *e* será determinante para sua diferente interpretação em prol da construção da argumentação.

Tenha ele ocorrido coordenando nomes, verbos, orações ou introduzindo informações ou tópicos, cada contexto teve seu significado construído a partir do uso desse termo. Tal percepção concorda com o que foi defendido por Mateus (2003) ao sustentar que a coordenação passa a possuir valor de subordinação.

Esse valor de subordinação, então, adiciona à língua uma amálgama de possibilidades de construção de sentido. Considerando-se que escolhas são feitas a todo momento em que se usa a língua com o intuito de atingir o outro e fazê-lo ser influenciado pelo que é dito (ou escrito), o uso da conjunção, acompanhada ou não de outro termo – assim como seu não uso –, é algo significativo.

Conclui-se, por fim, que dita típica conjunção coordenativa possui também valores de subordinação, o que possibilita aos profissionais da língua o levantamento desses dados para

que não somente novas teorizações possam ser realizadas, mas também trabalhos possam ser propostos para as salas de aula de Língua Portuguesa em nosso país.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 3 ed. São Paulo: Publifolha, 2014.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2014.

CUNHA, Celso. *Gramática do português contemporâneo: edição de bolso*. 2 ed. Org: Cilene da Cunha Pereira. Rio de Janeiro: Lexicon; Porto Alegre: L&PM, 2008.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

MATEUS, Maria H. M. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5 ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

MONNERAT, Rosane. Possibilidades discursivas do e – um conector coringa. In: *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 4, n. 1, p. 185-203, jul./dez. 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. *O estatuto das chamadas conjunções coordenativas no sistema do português*. Alfa, São Paulo, n. 29. p. 59-65, 1985.